

JORNAL DOS DEBATES

POLITICOS E LITTERARIOS.

Publica-se nas Quarta Feiras e Sabbados. — Subscreve-se nestá Typographia. — O Preço da Assinatura é de \$U000 rs. por Trimestre, pagos adiantados.

Rio de Janeiro. — Typographia de Crémier, rua do Ouvidor, n. 101.

INTERIOR.

BAHIA.

PROCLAMAÇÃO.

Bahianos! Apareceo enfim o voo das que se preparou nas negras entranhas da perfidia, e que vos annunciei na proclamação de 4 d'este mez. Da vossa parte está evitar que sejamos submergidos por suas lavas: vinde, correi ás arpas, uni-vos ao governo, salvai a patria da ignominia, e vossas familias dos furôres da anarquia que devorar-nos pretende. Mostraí ao mundo que sois dignos da liberdade que nos garante a Constituição, e que, com tantos sacrificios adquirida, merece não ser victima de traidores e aventureiros!...

A religião que professamos vos recorda o sagrado de vossos juramentos: sede a elles fieis, e a Providencia nos assegurará a victoria. Viva o imperante nosso innocente patrio! Viva a integridade da patria! Vivão os honrados Bahianos defensores da legalidade! Palacio do governo da Bahia 7 de Novembro de 1837. — Francisco de Sousa Paraiso.

PROCLAMAÇÕES DOS REBELDES.

Bahianos! Valentes sustentadores da liberdade! Bravos soldados da patria! Até quando olhareis indifferentes para tantos males que de todos os lados ameaço nossa querida patria, nossa liberdade, nossa propria existencia?! Quereis que a espada da tyrania desordenada de um governo sem moral, imbecil, e já sem freio algum das leis e do pudor, caia de todo sobre nossas cabeças tão vergonhosamente humilhadas?! Somos nós ainda aquelles mesmos que tantos exemplos de patriotismo temos dado ao Brasil, ao mundo inteiro?!...

Bravos militares! Que esperais mais do desprezo e escarneo com que sois tratados?!... Eia! Correi a abraçar-vos com vossos compatriotas. Quereis ir acabar nos campos do Rio Grande, onde vossos irmãos sustentão a liberdade com todo o direito, para deixar-nos na orfandade, entregues ao cutelo dos brutos males?!... Marchai antes ao campo da honra

e dai resolutio grito: — Viva a liberdade! Viva a patria! Viva a independencia da Bahia, durante a menoridade do Sr. D. Pedro II! Viva a assembleia constituinte da Bahia! (Aparecida em 6 de Outubro.)

Bahianos! Valerosos militares! O patriotismo é a primeira das virtudes sociais. Ninguém melhor que vos pode apreciar a verdadeira grandesa de nossa cara patria; salvo se não houver quem tenha o braso de valer aos afflictos, faltar aos famintos e socorrer aos desgraçados, segundo se pode attribuir só ao nosso servil, frôco e incapaz de ser presidente d'esta provincia Bahianos! Militares valerosos! mais herôes é o que se vence a si mesmo que o que vence aos outros, como tenciona (por instrução da corte) o inferno da Bahia appellada Paraiso.

Bahianos! Valerosos Bahianos! A nossa patria está ameaçada de uma tristissima consequencia, e de proposito se ordena d'ella arrancar-se o seo sustentaculo. Que desgraça! Bahianos e intrepidos militares! o desejo de vos felicitar e o sentimento geral chamão-me a vos convidar a seguirdes o trilho do triumpho (em honra da Bahia), e a verdade que assiste os nossos corações insta a diser-vos: — Bahianos! Intrepidos militares! é tempo, correi... correi! viva a Bahia unicamente, (Aparecida em 14 de Outubro.)

Bahianos! As armas, ás armas quem é Brasileiro! A causa que vamos esposar, a gloria que nos espera é a mesma que obtivemos nos campos de Pirajá, Cabrito e nas praias de Itaparica!

O governo do Rio lançou fóra da regencia o benemerito Feijó, para ligar-se inteiramente aos Portuguezes e com elles estabelecer a tyrania! O traidor Calmon cartê-se para a Bahia com os Portuguezes, e affirma que aceitou uma pasta para os salvar! Já marchou, para derramar o sangue dos Brasileiros Rio Grandenses, uma columna de mariôlas que inundão todos os dias o Rio de Janeiro e a Bahia, a titulo de colonos.

O presidente Paraiso, com a denuncia que teve antes de hontem, contou logo com os marôtos, porque em casa do falsario Luiz de França se reunio o infame Portuguez Manoel Antonio, o degenerado Brasileiro Pedro Ferreira e o commandante do brigue-

barca, o Lusitano Serva, e todos assentirão derramar o nosso sangue com a força marôta!

Estamos trahidos, Brasileiros! A's armas, ás armas sem mais demora quem nasceo no Brasil! — Vivão os Brasileiros! A religião! A independencia da Bahia!

(Aparecida em 4 de Novembro.)

A insurreição em nome da republica, de que a Bahia acaba de ser o theatro, é mais um triste legado entre tantos outros do regimen transacto; a extensão da crise tremenda, em que nos lançou a politica de ex-regente, não havia sido ainda completamente medida; e nem as consequencias de um máo governo, mesmo depois que cessou de pesar sobre os povos, revelam-se todas em um só dia. Ao movimento republicano do Sul, succede o da Bahia, como si fóra o destino d'aquella politica o levar o Brasil de revoluções em revoluções a sua total dissolução. Não queremos de modo algum calumniar o passado regimen, mas é forçoso reconhecer, que as suas tendencias eram proprias a dar alento e pôr em jogo as paixões anarchicas, que animam uma parte da população das provincias. Quando teve lugar a occorrença de 19 de Setembro, quantas voses exclamavam "agora o porvir do Brasil está garantido, nada mais temos que temer." Aquelles que concebiam tão lisongeiras esperanças, não reflectiam que o governo do Sr. Feijó tinha, sim, desaparecido, mas que deixava apoz de si a anarquia, a guerra civil, um presente pejado de futuros desastres.

As desordens da Bahia não são um acontecimento inopinado; ha muito tempo lavravam na provincia receios de commoções excitadas por um cirurgião Sabino, aquelle, a quem a clemencia da justiça já preservava do baptismo do cadafalso, por um homicidio perpetrado no mesmo lugar, onde elle hoje agula uma soldadesca, sem fé e sem disciplina, e a populaça sempre avida de innovações, para romper a união do

Imperio. Ha muito tempo, Sabino se havia tornado notavel na provincia pela audacia desmedida dos seus sentimentos, pela exaggeração dos seus principios, e sobre tudo pela intima amizade, com que o honrava o Sr. Diogo Antonio Feijó, cujas cartas elle mostrava com ufanía para faser sentir a medida da sua importancia. Esta derradeira circumstancia, filha da imprudencia do chefe de governo passado, não influio pouco no passo que acaba de dar o fautor da insurreiçõ.

A maioria da provincia, nós o não duvidamos, passadas as primeiras impressões de terror, que costuma a incutir nos animos a audacia de uma facção, reaggrira contra o attentado do dia 7. O miseravel director d'este movimento não é certamente o representante dos votos, dos desejos, e das esperanças da provincia. Como poderia a Bahia applaudir e associar-se a uma revolução destinada unicamente a satisfazer algumas ambições individuaes, e isto no momento, em que o Rio Grande faz uma experiencia desastrosa no mesmo sentido? Qual seria a grandesa dos resultados, que no fim de contas obteriam ella, depois de haver embicado na senda sanguinolenta das revoluções? Seria para defender-se a Constituição, e a fé jurada, que lançou-se mão das armas? Não, foi só para as destruir; foi para destruir uma corõa, em que o Brasil deposita as suas mais caras esperanças, foi para abater-se um trono elevado entre as aclamações universaes do povo Brasileiro; foi para substituir-se a uma forma de governo, que convem a generalidade dos cidadãos um regimen, que sob o falso nome de liberdade, á nada menos tenderia, nas actuaes circumstancias do Brasil, do que a confiscar os direitos de todos em beneficio da ambição de alguns individuos. Os Bahianos não desconhecirão a tal ponto os seus interesses, que arrisquem no jogo das revoluções as vantagens da ordem presente, que vão buscar a liberdade na anarquia, e a ordem no caos calamitoso, em que se debatem os nossos conterraneos da lingua Hespanhola. Sim, a maioria da provincia repellirá as pretensões tão absurdas como culpadas dos insurgidos: ella de certo não consentirá, que um punhado de soldados, e de anarquistas calcuem aos pés a Constituição, e todos os principios conservadores da união Brasileira.

Em todo o caso o gabinete de 19 de

Setembro tem a reparar mais esta brecha feita na integridade do Imperio.

A nova face da crise, que acaba de descortinar-se, vem augmentar a gravidade da sua posição. A insurreiçõ da Bahia não é talvez ainda o derradeiro arranco d'esse partido tão fatal ao Brasil; aos alarmas presentes tem de succeder sem dvida outros alarmas; o terreno volcanizado fará ainda outras explosões, que é mister conjurar: ao menos, taes são as revelações e profecias dos homens do partido, que com uma singular satisfação enumeram no porvir outras feridas para o proprio paiz, como outras tantas provas em favor dos seus systemas. Do seio das calamidades por elles mesmos motivadas, extorquem novos sofismas para envenenar o bem, e evocar todos os males! Nestas circumstancias, o paiz têm os olhos fixos sobre o governo; elle espera que desdobre a maior energia, e todos os recursos nacionaes para romper a rede varredora das facções. Si o incendio não fôr suffocado no seo bergo, ninguém poderá calcular até onde hirá elle! O bom senso do paiz, que em tantas solemnes occasiões, tem manifestado não querer nem republicas, nem dictaduras, não recuará diante de sacrificio algum para salvar a Constituição, o trono do Sr. D. Pedro II, e a união do Imperio.

Vencido no governo do estado pelos meios regulares do regimen representativo, o partido do arbitrario escolhe um outro campo de batalha, reproduz-se sob a forma da anarquia. Mas a maioria da nação, que o venceu no primeiro terreno, também o vencerá n'este ultimo: a causa do arbitrario, é da demagogia, inspiram as mesmas aversões, excitam os mesmos terrores, provocam as mesmas reacções. Na presença dos perigos graves, com que as ambições porfiam em ameaçar a ordem publica, e fraccionar o Brasil, nós muito contamos sobre essa infatigavel constancia, com que desde seis annos a população tem defendido as instituições, e os principios que uma vez adoptou. Era precisamente essa constancia, o que aos olhos do chefe do governo passado, constituia o crime da nossa sociedade; era essa a falta imperdoavel, que consiste em guardar os bens adquiridos, em não sacrificar a propriedade, o repouso, as garantias da ordem constitucional, á absurdas mudanças.

Hoje mais que nunca o paiz necessita d'essa firme constancia, que se não affrouxa com os desastres, a fim de con-

servar a sua integridade e união comprometidas pela propagação de uma facção, que se dirige, não á razão publica, mas ás paixões desorganisadoras da sociedade, para faser a parodia burlesca dos dias gloriosos da Independencia. Contra os ataques dos anarquistas prestemos todo o nosso apoio ao governo de 19 de Setembro, cuja politica corresponde ao pensamento nacional, e reunamo-nos em derredor do Sr. D. Pedro II, d'esse desditoso menino, que por berço teve um trono, e um trono embaçado pelo sopro de tanta tempestade.

O governo pelo officio datado de 13 do corrente consultou o tribunal da junta do commercio sobre os objectos seguintes:

1. Se devem ser concedidas provisões de fabricantes a todos os que as requerem; declarando qual tem sido a pratica do tribunal a este respeito.
2. Que effeito devem ter estas provisões; se deve ser um e o mesmo para todas, e qual o que até hoje se lhe tem attribuido.
3. O que se deve entender por fabricas em grande, e quaes os meios de as extremar das pequenas.
4. O que se deve entender por materias primas, que servem de base ás manufacturas.
5. Qual a maneira de avaliar a necessidade, que das materias primas pode ter a fabrica que as requer; e qual a de verificar o seo consumo, a fim de evitar-se a fraude, e descaminho dos direitos, declarando o processo até agora usado pelo tribunal.
6. Se o favor que as leis concedem ás fabricas nacionaes deve ser entendido sem limitação do tempo, embora a industria favorecida se tenha desenvolvido a ponto que dispense quaesquer sacrificios do governo.
7. Se esse favor deve ser concedido a toda e qualquer manufactura; ainda que de simples, facil, e lucrativa fabricien, ou que para florecer delle não precisa.
8. Quaes são as faltas pelas quaes incorrẽão na perda dos privilegios e favores concedidos.
9. Quaes os premios que se devem estabelecer em favor dos introductores; quaes as introduções que se devem julgar dignas desses premios, e qual o meio de os regular.
10. Se deve continuar a exempção de direitos das materias primas para as fabricas, que se julgar digna deste apoio; ou se convirá substituir este por outro favor.
11. Se os privilegios devem ser restricta-

mente concedidos á invenção, ou se convem que o sejam também ao melhoramento, assim como á introdução de objectos aliás conhecidos, mas ainda não aproveitados no paiz, por falta de estímulo, ou difficuldade da empresa.

12. Se as manufacturas das fabricas Brasileiras exportadas para fóra do Imperio pagão alguma imposto, é em geral que execução tem tido os artigos 2 e 7 do Alvará de 28 de Abril de 1809.

Palácio do Rio de Janeiro em 4 de Novembro de 1837. — *Bernardo Pereira de Vasconcellos.*

PROJECTO DE UM BANCO

DE SOCORRO, E SEGURO MUTUO.

(Continuação dos numeros 45 e 46.)

Do expediente do banco.

XLV. Haverá para o expediente do banco de cada provincia cinco thesourarias, a saber: primeira dos predios; segundo depósitos de ouro e prata; terceira dos titulos de dívida publica; quarta dos bilhetes do mesmo banco; quinta dos seguros.

XLVI. Em cada thesouraria haverá um thesoureiro, um recebedor, um pagador, e um contador.

XLVII. Os thesoureiros transmittirão dia por dia ao respectivo director os mappas demonstrativos das operações que tiverem logar n'aquella repartição; e o director os communicará ao presidente nos dias de conferencia. Um mappa demonstrativo das operações deverá ser remettido a cada accionista, em cada trimestre, em cada semestre, e em cada anno, no decurso de mez immediato a aquelles prazos.

XLVIII. O recebedor entrará diariamente no cofre da thesouraria com as quantias que tiver recebido no dia antecedente.

XLIX. O pagador receberá todos os dias do thesoureiro a quantia necessaria para as despesas d'aquelles dias.

L. Se a quantia recebida não for sufficiente, o pagador pedirá ao recebedor o supprimento necessario, e dessa quantia lhe passará cautela.

LI. Do cofre de cada thesouraria serão claviculários o thesoureiro, o recebedor, e o pagador.

LII. Os recebedores e os pagadores entregarão diariamente ao respectivo thesoureiro mappas demonstrativos das operações respectivas no dia antecedente.

LIII. Nenhum pagamento será valioso sem que a ordem para elle se fazer e o recibo da parte tenham o visto do contador, com expressa declaração do numero debaixo

do qual aquelles dois documentos se acham lançados nos livros respectivos.

LIV. Se o contador encontrar algum motivo para não pôr logo o seu visto sobrestará até que a sua duvida seja inteiramente removida.

LV. O contador entregará diariamente, tanto ao recebedor como ao pagador o numero de conhecimentos em branco que julgar necessario para o respectivo expediente, e tendo recebido no dia seguinte uma nota dos que se tiverem empregado, fará a devida conferencia com os lançamentos que houver feito nos seus livros, na forma do artigo LIII.

LXI. Os contadores enviarão dia por dia ao respectivo conselho dos syndicos, ou aos seus delegados, um mappa demonstrativo das operações de que tiverem conhecimento, na forma dos artigos precedentes.

LVII. O recebedor e o pagador se revezarão entre si todos os meses, e cada um delles continuará a escrituração do seu antecessor, depois de haver verificado que ella se acha regular.

LVIII. Os thesoureiros também se revezarão entre si conforme o turno marcado no regulamento; com a differença que será sómente de tres em tres meses. A verificação do estado dos cofres, bem como da escrituração, será na época sobredita e na presenca da direcção: do que se lavrará o competente auto, que será por todos os assistentes assinado.

LIX. Os presidentes das diversas direcções de comarca transmittirão mappas das operações cada semana aos presidentes das direcções de provincia, e estes os transmittirão nos primeiros dias de cada mez ao presidente da direcção geral.

LX. Os delegados do conselho dos syndicos transmittirão ao primeiro syndico, na mesma ordem indicada nos artigos precedentes, os mappas que tiverem recebido; e todos farão ás direcções respectivas as reclamações que lhes suscitar o exame dos mappas, ou qualquer informação que tenham recebido.

Das eleições e nomeações.

LXI. Os empregos de presidente, secretario, e membros da direcção, serão providos por eleição annual.

LXII. As eleições mencionadas no artigo antecedente serão feitas em conformidade das seguintes disposições, a saber.

§ 1. Todos os accionistas designarão as pessoas que julgarem aptas para fazer parte: primeiro do conselho dos syndicos; segundo da direcção do banco da provincia, onde elles eleitores residirem.

§ 2. Aquelles individuos, que tiverem obtido metade dos votos em todas as provincias, designarão d'entre si os que julgarem aptos para os empregos de presidente, de secre-

tario, e de membros da direcção geral estabelecida na capital do estado.

§ 3. Também designarão entre os eleitos da sua provincia os individuos que julgarem aptos para os empregos de presidente e secretario da respectiva direcção: e bem como de thesoureiros, recebedores, pagadores, e contadores do banco de provincia.

§ 4. Outrosim fixarão os vencimentos dos sobreditos empregados, tanto da direcção e do banco geral, como dos territoriaes.

§ 5. Aquelles que occuparem o primeiro logar na lista das pessoas aptas para o emprego de presidente da direcção serão membros do conselho dos syndicos. O que se seguir depois delles será o presidente da direcção. Todos os que se seguirem na lista serão substitutos dos precedentes empregados no caso de impedimento.

§ 6. Aquelles que occuparem os sete primeiros logares na lista, depois dos syndicos e do presidente da direcção, serão os membros ordinarios da direcção; e os que se seguirem na mesma lista serão por seu turno substitutos dos ultimos.

§ 7. A direcção geral escolherá o seu secretario, bem como os thesoureiros, recebedores, pagadores, e contadores d'entre aquelles que na forma do § 3 tiverem obtido mais de um terço dos votos para estes empregos.

§ 8. As direcções provinciais escolherão os seus respectivos empregados d'entre os candidatos que sobraem da escolha feita pela direcção geral na forma do § antecedente.

LXIII. Os accionistas são rigorosamente obrigados a aceitar os empregos para que forem eleitos bem como a comparecerem exactamente nas sessões para que forem chamados.

Aquelles que a isso se recusarem, sem haverem obtido o assenso da maioria da respectiva assembléa, não gosarão das vantagens concedidas aos accionistas, excepto o direito de participar do devidendo como indemnisação da garantia que os seus predios, penhores, ou effeitos, prestam aos bilhetes do banco social.

Da redacção e votação dos regulamentos.

LXIV. A direcção geral formará o projecto dos regulamentos, e o fará distribuir pelas direcções territoriaes a fim de ali ser discutido.

LXV. Logo que os projectos de regulamento tiverem obtido a maioria dos votos nas direcções provinciais, serão enviados á assembléa geral, e aquelle que ali obtiver a maioria dos votos, será adoptado.

Da assembléa de provincia.

LXVI. A assembléa de provincia, composta dos membros das direcções de comarca, se reunirá debaixo da presidencia do

primeiro syndico da capital do estado; de seis em seis meses, nas epochas que forem determinadas no regulamento.

LXVII. As attribuições desta assemblea são as seguintes:

§ 1. Tomar conhecimento do estado da contabilidade, e mais negocios que disserem respeito aos bancos de comarca, comprehendendo o banco central da provincia.

§ 2. Convidar as pessoas interessadas para contestarem o que os syndicos em seus relatorios possam ter allegado contra os legitimos interesses dessas pessoas.

§ 3. Tomar conhecimento dos bilhetes que se acharem em circulaçao, e bem assim aquellos dos que tiverem sido retirados della, e verificado o valor destes, envia-los á direcção geral.

§ 4. Verificar o estado dos predios hypothecados, e sua avaliacao; tomando em consideração e deferindo, debaixo da sua responsabilidade, a quaesquer reclamações que a esse respeito lhe forem dirigidas pelas pessoas interessadas.

§ 5. Decidir as questões que se suscitarem entre os particulares, e os empregados superiores, quer seja por agravos que elles competessem immediatamente, quer por não deferirem as queixas contra os seus subalternos.

§ 6. Fixar o numero, e os vencimentos dos empregados subalternos das respectivas direcções; mas a nomeação destes compete ao presidente de cada uma dellas.

Da assemblea de comarca.

LXVIII. A assemblea de comarca composta dos respectivos accionistas, reunir-se-ha nas epochas que forem determinadas no regulamento, debaixo da presidencia do presidente do conselho dos syndicos da provincia, com tanto que a reunião da assemblea de comarca preceda sempre a da assemblea de provincia.

LXIX. O objecto da reunião dos accionistas em assemblea de comarca será fazer conhecer á assemblea de provincia, por intervenção do presidente, tudo o que cada um dos accionistas julgar conveniente, quer seja aos seus interesses privados, quer aos da sociedade em geral.

Da assemblea geral da sociedade.

LXX. A assemblea geral da sociedade, composta de um representante de cada comarca, reunir-se-ha, debaixo da presidencia do primeiro syndico da capital do estado, uma vez cada anno na epocha, que for determinada pelo regulamento.

LXXI. As funcções desta assemblea são a respeito do banco social as mesmas que nos artigos precedentes se acham especificadas a respeito das assembleas provinciais; mas além disso compete a assemblea geral o po-

der de regular toda a sorte de interesses desta sociedade, sem outros limites do que os prescritos pelas leis do paiz, e a responsabilidade moral inherente á toda a administração de boa fe.

LXXII. Das decisões da assemblea provincial haverá recurso para a assemblea geral nos negocios de interesse do banco social ou que comprehendem mais de um banco provincial.

Nos negocios de interesse de algum banco provincial em particular não haverá recurso senão para os tribunales, conforme ás leis geraes do estado.

Da admissao á sociedade, e das pretensões a empréstimos.

LXXIII. As pessoas que pretendenderem ser admitidas como accionistas, ou a receber empréstimos, dirigirão seu requerimento á direcção da provincia, juntando as informações e esclarecimentos convenientes para se conhecer o valor actual do predio offerecido em hypotheca, bem como os encargos ou divisas a que esteja obrigado.

LXXIV. A direcção de provincia escolherá dentre os accionistas designados pela eleição como aptos para os empregos indicados no artigo LXII, tres arbitros que, passando aos logares onde o predio, ou predios forem situados, verifiquem as informações offerecidas pelo pretendente, incumbindo ao mesmo tempo o director do banco da comarca de dirigir estas averiguações.

LXXV. O resultado da averiguação daquelles arbitros será communicado ao pretendente, e á vista da reclamação desta, e ouvidos novamente os arbitros e o director da comarca, a direcção poderá negar, conceder, ou modificar a pretensão.

LXXVI. Se a direcção decidir que pode ter logar o empréstimo, ou a admissao que se pretende, fará constar a sua resolução por todos os meios usuaes da publicidade, a fim de que as pessoas interessadas se apresentem á mesma direcção, no prazo marcado, ou para impugnarem a pretensão, ou cedarem ao banco o seu direito, consentindo nisso o pretendente nos termos do artigo XX.

LXXVII. A direcção, além dos annuncios mencionados no artigo antecedente, communicará a pretensão e o resultado das averiguações, aos accionistas residentes na provincia, a fim de que, tendo estes tomado as informações convenientes, possam dar seu parecer com conhecimento de causa.

Dos seguros.

LXXVIII. Todo o accionista que pretender segurar-se contra qualquer risco de força maior, de que possam ser ameaçadas as suas empresas commerciaes, industriaes, ou agricolas, apresentará á direcção da provincia o seu requerimento acompanhado das informa-

ções necessarias para se calcular a probabilidade do risco, e a importancia da perda, do caso de ter logar o sinistro.

LXXIX. Em cada direcção de provincia haverá uma tarifa dos premios do seguro approvada pela assemblea geral para todos os riscos que se poderem prever e calcular; e quanto aos outros o regulamento se limitará a estabelecer os principios segundo os quaes os directores devem proceder nos casos occorrentes.

LXXX. Todas as vezes que a direcção não achar nem na tarifa, nem nos regulamentos, bases certas em que possa assentar os seus calculos, adoptará os principios geralmente seguidos pelas companhias de seguros, ou qualquer outro arbitrio que julgar mais conforme aos interesses reciprocos do banco e do segurado.

LXXXI. Os premios calculados na forma dos artigos antecedentes não tem de ser pagos ao banco pelos segurados, mas ser-lhes-ão meramente averzados, para figurarem na derrama que se houver de fazer dos sinistros entre todos os accionistas, como se determina no § 2 do artigo seguinte.

LXXXII. Quando o banco houver de indemnizar um segurado por algum sinistro, a direcção fará a derrama por todos os accionistas, sem exceptuar o sinistrado, e procederá na forma indicada nos seguintes §.

§ 1. Os accionistas que forem meros seguradores serão collectados á proporção das acções que tiverem no banco na forma do artigo XII.

§ 2. Aquelles porém que forem segurados soffrerão a derrama na razão composta da importancia das acções, e do premio arbitrado na forma dos artigos precedentes.

LXXXIII. As quantias devidas aos segurados por indemnisação de sinistros, não lhes serão contadas senão como um empréstimo, procedendo-se, quanto aos juros e amortisação, na forma do artigo XI; mas sem obrigação de caucioners, como ali se determina.

LXXXIV. Será licito á direcção fazer assegurar por qualquer companhia de seguros nacional ou estrangeira que melhor lhe parecer, os riscos que o banco social houver segurado, sempre que entenda que convem á sociedade fazer esse sacrificio.

LXXXV. Verificando-se o caso previsto no artigo antecedente, o premio que se pagar á companhia de seguros será lançado em debito ao segurado a titulo d'empréstimo, como a respeito da indemnisação, no caso de se verificar algum sinistro, como fica determinado no artigo LXXXII.

Por S. P. Ferreira.